

Comissão reivindica revisão do PDOT

Urbanistas, arquitetos e ecologistas contestam nova versão do projeto

A revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) do DF promete ainda muita discussão. Uma comissão formada por urbanistas, arquitetos, ecologistas e pioneiros pretende entregar ao governador José Roberto Arruda um documento questionando as mudanças ocorridas no plano após a terceira audiência pública, ocorrida no ano passado.

Em reunião no Instituto Histórico e Geográfico (IHG) do Distrito Federal, a professora Suely Gonzales, da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Brasília, afirmou que essas mudanças não foram discutidas com a comunidade.

— Houve modificações substanciais, não trazidas à comunidade para serem discutidas — acusa. — Queremos a volta do projeto ao Executivo para que seja realizada nova audiência pública e possamos discutir essas mudanças — revela a professora.

Enquanto isso, o projeto de revisão do plano está na Câmara Legislativa, onde estão previstas

a realização de nove audiências públicas, incluindo uma geral e outra temática, para discutir a questão ambiental, da atual versão do PDOT.

Na reunião no IHG, não faltaram críticas à versão atual, que aumenta as áreas de expansão urbana, transformando áreas rurais. A mudança mais importante notada pelos técnicos em relação à última versão é a que está sob análise da Câmara diz respeito à região do Tororó. A área rural que pode ser transformada em urbana é aumentada exageradamente, segundo a geógrafa Mônica Veríssimo, da organização não-governamental Instituto de Sustentabilidade e Desenvolvimento.

— A expansão verificada nesta região equivale a sete cidades como o Gama — compara. — É uma área passível de especulação imobiliária pelos próximos 10 anos — alerta a geógrafa.

Quintal de Brasília

Mônica Veríssimo critica a possibilidade de verticalização



MÔNICA — Área passível de especulação imobiliária por 10 anos

proposta pelo secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Cássio Taniguchi. Ela defende a preservação até mesmo das áreas não tombadas pela Unesco.

— Existe um decreto-lei de 1937 que define o entorno da área tombada, sobre o princípio

de que as cidades tombadas têm que ter visibilidade e ambiência — afirmou — É preciso haver um gradiente entre uma área e outra — defende a geógrafa.

Segundo ela, esses princípios devem ser mantidos no Distrito Federal, nem que seja na região da bacia do Paranoá, onde se

“Imaginem ter arranhas-céu espelhados em torno da histórica Ouro Preto

Mônica Veríssimo
Geógrafa

situa Brasília e algumas cidades-satélites.

— Imaginem ter arranhas-céu espelhados em torno da histórica Ouro Preto — exemplifica.

A expansão urbana é outro ponto que deve ser questionado no documento a ser entregue ao governador, no próximo dia 30, quando ele se comprometeu a comparecer ao instituto para conversar com os pioneiros.

— Vamos pedir explicações técnicas sobre a exagerada expansão urbana na atual versão do PDOT — adianta Suely Gonzales.

Apesar de reconhecer problemas na versão aprovada no ano passado, o arquiteto e mestre em planejamento urbano Pedro Braga Netto defende a retomada da versão discutida na terceira audiência pública.

— Apesar dos problemas, aquela versão é legítima. Ela contou com a participação de vários segmentos da sociedade e cumpriu o rito da lei de discussão pública — defendeu Braga Netto (N.M.)